

# Espaços urbanos e relações de poder no Egito romano

*Urban spaces and power relations in Roman Egypt*

**Marcia Severina Vasques\***

**Resumo:** Os estudos sobre o Egito romano, durante muito tempo, não se dedicaram a explorar a influência romana na configuração das cidades, ao que parece não muito evidente no interior do território egípcio. No entanto, esta é uma temática que tem sido abordada cada vez com mais frequência por historiadores e arqueólogos. O Egito romano normalmente é considerado como sendo constituído por *póleis* de fundação grega, por metrópoles (capitais dos *nomos*) e por aldeias. A partir desta configuração, propomos abordar a questão das relações de poder e da formação do espaço urbano na *chora* egípcia, ou seja, o Egito, com exceção da cidade de Alexandria.

**Abstract:** For a long time, Roman Egypt studies have not been devoted to exploring the Roman influence in the shaping of cities, which is apparently not very evident inside the Egyptian territory. However, this is an issue that has been approached with increasing frequency by historians and archaeologists. Roman Egypt is usually considered as consisting of *poleis* of Greek foundation, metropolis (capitals of *nomos*), and villages. We propose to approach the issue of power relations and the formation of urban space in the Egyptian *chora*, namely Egypt with the exception of the city of Alexandria.

**Palavras-chave:**

Egito Romano;  
Espaço Urbano;  
*Chora*;  
Poder.

**Keywords:**

Roman Egypt;  
Urban Space;  
*Chora*;  
Power.

---

Recebido em: 05/05/2014  
Aprovado em: 03/06/2014

---

\* Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando no Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Definir o que é espaço urbano para o Egito antigo é algo complexo, já que as cidades egípcias não possuíam uma distinção clara entre espaço urbano e rural, entre cidade e campo. Pela própria configuração geográfica do Egito, as áreas de agricultura e de plantio situavam-se (e ainda se situam) às margens do Nilo. À área verdejante às bordas do rio, segue-se o deserto. Por isso, na concepção mítica egípcia, se considerava a separação entre o deserto, *desheret*, e a terra, *kemet*. O Egito era *kemet*, seu nome em língua egípcia, que significava Terra Negra, provavelmente em associação com o húmus depositado no solo pelas cheias do Nilo.<sup>1</sup> Associava-se, então, na visão dual do *cosmos* egípcio, a terra fértil e negra (Egito) a Osíris e a terra estéril do deserto ao deus Set, chamado “O Vermelho”.

Além do eixo norte-sul do rio Nilo, os egípcios consideravam também a orientação leste-oeste do ciclo solar. Normalmente, as áreas de habitação se situavam à margem leste do rio, sendo o oeste (o Ocidente) destinado aos mortos. A maior parte das necrópoles estava localizada na margem oeste do Nilo. Osíris, deus do mundo inferior, era chamado de “o Primeiro dos Ocidentais”, assim como Amentet, também associada a este espaço, era a deusa do Ocidente.

O templo era a grande construção que marcava o território egípcio. E, provavelmente, era ao redor de suas terras que se aglomeravam os camponeses, que constituíam a maior parte da população egípcia. Por isso, durante períodos de domínio estrangeiro, como o greco-macedônico dos Ptolomeus e o romano, havia uma grande preocupação em agraciar os templos com benfeitorias, ao mesmo tempo que se tentava controlar o poder do clero egípcio. O templo era um microcosmo e reproduzia o momento da criação, o momento “da primeira vez”. Seus pilones simbolizavam o horizonte, suas colunas com capitéis em forma de flor de lótus, papiro ou palma as plantas aquáticas, e o lago sagrado, o Nilo e as águas primordiais. Portanto, seu papel simbólico e religioso era central à concepção de vida egípcia.

O Egito era chamado de “As Duas Terras”, o Alto e o Baixo Egito, os quais eram divididos em distritos administrativos, chamados *sepat* ou *spat*, em egípcio, e *nomos*,

---

<sup>1</sup> O termo Egito, de origem grega, provavelmente se refere à cidade de Mênfis e à sua divindade principal, o deus Ptah. Assim, *Aigyptos* significaria A casa de Ptah. Mênfis foi uma importante cidade sede do poder político e religioso durante um longo tempo no Egito faraônico. Por isso, a sua assimilação com o próprio território egípcio. A palavra Mênfis parece derivar da cidade da pirâmide associada ao faraó Pepi I (2231-2287 a.C.), na necrópole de Saqqara. *Men-nefer* significa Estabelecida/fundada e bela, mas o seu nome mais antigo era *Ineb-hedj*, a A de Muros Brancos ou Fortaleza Branca.

em grego. Na maior parte da história do Egito existiram vinte e dois *nomos* no Alto Egito e vinte no Baixo Egito, totalizando quarenta e dois. Com o domínio macedônio de Alexandre, o Grande, a monarquia ptolomaica e a posterior conquista romana do Egito, a constituição espacial do território precisou ser redefinida. Os romanos herdaram dos Ptolomeus a divisão entre a cidade de Alexandria e o Egito, como se este fosse algo à parte, uma extensão da *pólis* de Alexandria, em certo sentido, a sua *chora*.<sup>2</sup> Esta concepção espacial indica que o Egito era considerado essencialmente rural, um território de camponeses em sua maior parte. Alexandria era o espaço urbano por excelência, dividindo, no período ptolomaico, o título de *pólis* com Náucratis, antiga colônia grega (na realidade um empório comercial) no Delta egípcio, fundada no século VII a.C. por jônios de Mileto, e Ptolemais, criada por Ptolomeu I Sóter (323-306 a.C.) no Alto Egito. Uma outra *pólis* foi fundada em 130 d.C., já sob domínio romano, na época antonina, pelo imperador Adriano. Antinoópolis, situada no Médio Egito, possuía uma posição estratégica como eixo de ligação entre o Alto e o Baixo Egito.

Ao refletirmos sobre a dominação romana no Egito e as formas adotadas de administração do território, acreditamos que a definição de um espaço urbano se associava a mecanismos de dominação e de poder. Para tanto, partimos do conceito de imperialismo defendido por David Mattingly (2011), para quem o modelo conceitual de Império se aplica, de maneira geral, ao que podemos classificar como sistema imperial, ao qual Roma se adequaria no mundo antigo. Um domínio territorial, como a constituição de uma província, necessitaria de estratégias administrativas, além do mais porque a presença de cidadãos romanos era ínfima em relação aos egípcios e à população "grega" do Egito.<sup>3</sup>

Não aplicamos em nosso estudo o conceito de "romanização", mesmo porque este termina por ser reducionista e não responde às diferentes relações que os romanos estabeleceram com os povos conquistados. Seguindo a proposta de Mattingly (2011), pretendemos considerar nosso objeto de estudo tanto por meio de uma abordagem

---

<sup>2</sup> No sentido de território, área rural.

<sup>3</sup> Havia categorias para definir quem possuía o estatuto de "grego" no Egito romano. Sabemos que muitos indivíduos, de procedência diversa, poderiam ser assim classificados. O aspecto principal era linguístico e cultural, já que a maior parte destes "gregos" era mestiça, possuindo um ancestral macedônio ou grego, sendo o restante da família de origem egípcia. Os greco-egípcios, além disso, circulavam por várias esferas culturais, desde a tradição religiosa de origem faraônica aos cultos compartilhados por gregos e romanos no Mediterrâneo oriental.

teórica geral, da estrutura imperial romana, quanto do ponto de vista regional e local ou, em outras palavras, contextual.

Uma outra perspectiva teórica que serve à nossa análise é a de emaranhamento (*entanglement*) cultural, apresentada pelo arqueólogo alemão Philipp Stockhammer (2012). A ideia de emaranhamento nos é útil pela sua adequação a uma perspectiva espacial. Diferentemente da ideia de hibridização de Homi Bhabha, o termo emaranhamento não está imbuído da noção de poder, embora não a descarte (ACKERMANN, 2012, p. 12). O emaranhamento é resultado dos contatos culturais, que não são necessariamente resultado de colonização ou de domínio de um grupo sobre outro. Quando pensamos no espaço urbano podemos também considerá-lo sob a perspectiva do emaranhamento.

Para Stockhammer (2012, p. 50), podemos dividir o emaranhamento em material e relacional. O material é mais evidente, pois são os objetos, os artefatos que adquiriram elementos externos à sua cultura de origem. Um exemplo para o Egito romano seriam os retratos do Fayum, que possuem elementos de origem grega e romana combinados com o suporte de cartonagem que cobria o corpo mumificado, apresentando motivos egípcios.<sup>4</sup> Neste caso, o uso do retrato substituindo a máscara mortuária foi incorporado ao contexto funerário egípcio, resultando em um material composto por mais de um elemento cultural.

O emaranhamento relacional, diferentemente do material, só seria perceptível pela análise do contexto arqueológico, pois são as práticas sociais que são emaranhadas, são os usos de determinados objetos que são considerados. Um objeto originalmente estranho a uma cultura pode ser utilizado com uma função diferente daquela para a qual ele foi produzido. Não houve um emaranhamento material, pois não aconteceu uma alteração na sua forma ou estilo. Mas foi o seu uso que foi diferenciado. É por isso que somente uma análise do contexto arqueológico serve para estabelecer esta definição.

Para o espaço urbano no território egípcio, é importante considerar a questão da espacialidade. Quanto mais próximo à costa, ao mar, mais propensa uma cultura está ao emaranhamento, por serem os portos importantes vias de entrada de mercadoria, de comércio e também de trocas culturais. Aplicando esta conceituação ao Egito romano,

---

<sup>4</sup> Cartonagem: material composto por linho e gesso, muito utilizado pelos egípcios na confecção de coberturas para as múmias.

notamos que houve uma influência da cidade de Alexandria, sede do poder, em relação as outras cidades egípcias. Ao que parece, quanto mais próximas eram as cidades da capital, mais influências na configuração do espaço urbano podem ser notadas. Ou seja, quanto mais próximo a Alexandria, mais emaranhamento, e quanto mais adentramos no território egípcio em direção ao sul, notamos mais apego à tradição faraônica.

A partir destas premissas iniciais, propomos apresentar, de maneira geral, como o Egito romano estava constituído e quais foram as principais ações administrativas romanas na sua organização e na configuração de seu espaço urbano.

O Egito, após a conquista romana preconizada por Augusto (30 a.C.), foi transformado em uma província imperial governada por um prefeito da ordem equestre, designado diretamente pelo imperador. Provavelmente, a província era considerada de suma importância e, para evitar que fosse usada como manobra política pelos senadores, estes foram proibidos de entrar no Egito, salvo com autorização expressa do imperador. O prefeito era a autoridade máxima local: comandante do exército, chefe da administração civil e das finanças e magistrado. Era designado por um período de três anos. Uma vez por ano viajava pelo país para fiscalizar as contas e ouvir as queixas do povo. Nesta viagem, que durava de quatro a cinco meses, visitava duas cidades, uma no Delta e outra no Alto Egito.

O Egito foi dividido administrativamente em três partes: a Tebaida (Alto Egito), a Heptanômia, que incluía o *nomos* arsinoíta (Médio Egito) e o Delta (Baixo Egito). Cada uma das três partes era administrada por um epistratego. Alexandria tinha um corpo especial de magistrados, separado do restante do Egito. Durante o período ptolomaico, o epistratego exercia função militar e civil. Na época romana seu cargo se tornou apenas civil, pois as tarefas militares eram desempenhadas pelo exército, subordinado diretamente ao prefeito.

No início do período romano existiam três legiões do exército estabelecidas em território egípcio. Cada legião comportava cerca de 5.000 homens. Em 23 d.C., elas foram reduzidas para duas. Além destas, estavam estacionadas no Egito três alas de cavalaria (1.500 homens) e nove coortes auxiliares (4.500 a 5.000 homens), cujos comandantes da ordem equestre formavam o corpo de militares subordinados ao prefeito. Bowman (1990, p. 74) calcula em vinte mil o número de soldados no início do período imperial. Os militares, comandantes e centuriões, podiam também desempenhar funções administrativas. No início do período imperial, os soldados não

eram nativos das províncias e estavam proibidos de adquirir terras durante o tempo de serviço. Os egípcios serviam nas unidades auxiliares e normalmente eram designados para outras províncias. Este quadro mudará no final do Império, quando a maior parte do exército será formada por soldados provenientes das províncias orientais, da África e do próprio Egito.

O sistema de organização das finanças do Egito não justifica a ideia normalmente divulgada de que o país era propriedade pessoal do imperador. As rendas do Egito, como das outras províncias "imperiais", inicialmente eram pagas ao *aerarium Saturni*, o tesouro da *res publica*, mas na prática iam para as mãos dos agentes diretos do imperador, que eram os oficiais da ordem equestre e os libertos imperiais. Augusto confiscou Estados patrimoniais, mas nenhum deles estava em seu nome, mas sim no de amigos e membros da família imperial. Ele também não exercia nenhum controle sobre a terra. A maioria das terras particulares do Egito pertencia aos clericos. Eram aquelas doadas pelos Ptolomeus aos militares. Com os romanos, elas se tornaram privadas, desvinculadas de obrigações militares e podiam ser vendidas.

As terras reais ficavam sob a supervisão de um funcionário e eram arrendadas para os "fazendeiros públicos". Estes poderiam cultivar a terra diretamente ou arrendá-las. No início do período imperial as propriedades eram, geralmente, pequenas, sendo cultivadas pelos próprios proprietários ou arrendatários. A partir do século III d.C., a grande propriedade de terra passou a ser predominante. Os templos egípcios ainda mantiveram alguma terra, mas não grandes extensões como outrora.

A *chora* egípcia estava dividida em distritos administrativos denominados *nomos*. O número de *nomos* variava conforme a época. Diodoro da Sicília (*Biblioteca histórica*, I, 54, 3) e Estrabão (*Geografia*, XVII, 1, 3) afirmavam serem trinta e seis. No decorrer do século II d.C., o número de *nomos* aumentou e ficou entre quarenta e cinquenta. O Delta, área mais desenvolvida no período romano, tinha cerca de vinte e oito deles no século II d.C. E o Alto Egito, no século IV d.C., tinha vinte e dois (BAGNALL; FRIER, 1995, p. 55). Os *nomos* eram governados pelos estrategos a partir de suas capitais, denominadas metrôpoles. Os estrategos eram oficiais da ordem equestre, indicados pelos epistrategos e nomeados pelo prefeito por um período de três anos. A equipe do estratego era formada por funcionários, escravos e libertos. Ele atuava como chefe de polícia local, podia fazer investigações (mas não julgar), era responsável pela coleta de

impostos de seu distrito, impunha as liturgias menores, como a corveia para a manutenção dos diques e canais, e recebia cópia dos censos.

A inovação levada por Augusto ao Egito se baseava na política romana, também adotada em outras províncias, de governar com a ajuda das elites locais. Dois fatores são comumente apontados para a manutenção da dominação romana e a extensão do poder imperial: a presença de um exército forte, que os adversários não podiam enfrentar, e a cooptação das elites locais, que colaboravam com a administração imperial em troca de manter seu *status quo* e de adquirir uma ascensão social com a aquisição da cidadania romana.

A primeira dicotomia estabelecida pelos romanos no Egito foi a divisão, em termos de elite, entre Alexandria e as cidades e vilas da *chora*. Augusto criou uma nova elite na *chora*, que foi incentivada pelos imperadores seguintes. Os "gregos" da *chora* viviam, sobretudo, nas metrópoles. Apesar de não ter todas as vantagens dos cidadãos de Alexandria, os metropolitanos gozavam de vários privilégios, e seu poder só aumentou no decorrer do período romano. Já os gregos alexandrinos estavam isentos de impostos e de liturgias; além disso, a posse da cidadania alexandrina era essencial para se chegar à cidadania romana. Assim, todos os egípcios que quisessem alcançar a cidadania romana deveriam, primeiramente, conseguir aquela de Alexandria. Os cidadãos de Alexandria eram tratados como aliados e não como súditos conquistados (*dediticii*).

Os critérios estabelecidos por Augusto para dividir a sociedade egípcia fizeram revigorar o sentimento de etnicidade dos habitantes do Egito romano. Pertencer à etnia grega passou a ser enormemente valorizado e almejado por muitos. Os romanos dividiram a população egípcia, a fim de separar egípcios e "gregos". Na verdade, o que aconteceu foi uma classificação da população egípcia por meio de critérios adotados pelos romanos. Notamos, então, como a noção de etnia foi utilizada de maneira instrumental para redefinir as relações de poder dentro da sociedade egípcia, que ficou dividida em categorias jurídicas, da seguinte forma: 1) cidadãos romanos (*cives romani*) e elite grega (alexandrinos e também a elite que habitava as metrópoles da *chora*); 2) cidadãos peregrinos (*cives peregrini*) das três e, posteriormente, quatro *pólis* do Egito (Alexandria, Ptolemais, Náucratis e Antinoópolis); 3) peregrinos não cidadãos (*peregrini Aegyptii*).

Na escala social vinham, em primeiro lugar, os cidadãos romanos, camada formada pelos altos funcionários do Império, por notáveis alexandrinos e por legionários ou veteranos do exército. Em segundo lugar, vinham os gregos das quatro cidades helenas do Egito e os judeus. Por último, os egípcios nativos. A cidadania era concedida por motivos políticos e não étnicos. No entanto, a etnicidade servia à prática política de privilegiar os gregos em detrimento dos nativos. O valor das taxas e impostos que deveriam ser pagos ao governo romano dependia do grau de "helenização" da população, definido pelos romanos. Assim, enquanto os cidadãos romanos estavam isentos de taxas, os gregos habitantes das capitais dos *nomoi* pagavam o imposto (*laographia*) com preço reduzido. Para estabelecer esta separação entre gregos e não-gregos, os romanos tiveram que adotar um critério de etnicidade baseado na descendência e na participação da instituição do *gymnasium*. O grau de "helenização" era medido por meio de três critérios: propriedade fundiária, habitação urbana e educação grega.

As elites funcionavam como um instrumento de poder do Império. As construções romanas erigidas regionalmente serviam para promover a imagem imperial. Todavia, sabemos que a interpretação simbólica e ideológica destes monumentos e desta cultura material variava conforme a cultura local. Assim, as tradições greco-romanas não foram simplesmente absorvidas ou adotadas pelos nativos das províncias, mas sim, muitas vezes, mudadas ou reinventadas durante o processo. A primeira fase de mudança cultural nas províncias veio com Augusto. A segunda fase teria se dado no final do século II d.C., com Adriano (WHITAKER, 1997, p. 157-158).

Augusto iniciou, no Egito, um processo de municipalização, com a criação de comunidades urbanas com uma elite grega proprietária de terras, colocada em situação privilegiada em relação aos egípcios. Estas comunidades, apesar da ausência da *boule*, instituída posteriormente por Septímio Severo, funcionavam como as cidades gregas de outras províncias. A maior parte das capitais dos *nomoi* já agia como um centro local, ligado a um templo. No período ptolomaico os residentes destas cidades não parecem ter tido algum *status* especial. A situação mudou com Augusto. Com a introdução do imposto que os homens deveriam pagar ao Estado, os metropolitanos passaram a ter um privilégio especial que os aldeões não tinham. A admissão ao *status* metropolitano requeria que os pais do candidato e o avô materno fossem metropolitanos. Os aldeões

e seus descendentes estavam excluídos. Aqueles que pertenciam ao *gymnasium* tornaram-se poderosos politicamente e uma elite hereditária nas metrópoles.

As cidades egípcias estavam divididas em: *póleis* (Alexandria, Ptolemais, Náucratis e Antinoópolis), metrópoles (capitais dos *nomoi*) e aldeias (*koma*). A hierarquia social estabelecida pelos romanos, com os indivíduos divididos em categorias (cidadãos romanos, das *póleis*, metropolitanos, etc.), vigorava também nas cidades egípcias. No topo da hierarquia estavam as cidades gregas, como Alexandria. Depois, vinham as metrópoles da *chora* e, por último, as aldeias. A diferença se deu, sobretudo, entre as metrópoles e as aldeias ou vilas, pois as capitais dos *nomoi* tiveram seu *status* promovido com a criação da elite, que separou os egípcios entre "nativos" e "gregos". Esta "helenização" de cidades e aldeias foi mais notável no Fayum do que no Alto Egito (BOWMANN, 2000, p. 175-176). Muitas cidades do Fayum tiveram o plano ortogonal baseado nas cidades clássicas. No entanto, a partir do trabalho de Alston (2002), podemos concluir que cidades menores como Karanis poderiam ser mais "egípcias" do que propriamente "gregas". Talvez o caráter "helênico" tenha se centrado nas grandes cidades. Com as modificações implementadas por Adriano, por volta de 130 d.C., este incentivo ao modelo clássico continuou e é evidente em cidades como Antinoópolis e Hermópolis Magna, no Médio Egito. Por outro lado, cidades como Mênfis e Tebas permaneceram centros de tradições egípcias nativas.

Os cargos administrativos das metrópoles eram ocupados por quatro oficiais principais: os exegetas (*exegetes*), o ginasiarca, o *kosmetes* e o agorânomo (ALSTON, 2002, p. 188). Os exegetas exerciam várias atividades: apontavam os representantes legais para aqueles que precisavam de proteção, como mulheres e crianças, atuavam junto ao registro de transações de propriedade ou eram notificados destas transações, além de exercer também algum papel judicial. Os exegetas eram os oficiais mais poderosos da cidade até 200 d.C., quando o *status* mais alto passou a ser o do *prytanis*, chefe do conselho de cidadãos (*boule*).

Os *kosmetai* eram oficiais do *gymnasium* e estavam encarregados da supervisão e da organização dos eventos desta instituição. Também aparecem como supervisores de transações de propriedades, em associação com o exegeta. Depois de 200 d.C., os *kosmetai* passaram a desempenhar funções associadas à taxaçaõ e organizaçaõ das áreas rurais e tinham ligaçaõ com o sistema de irrigaçaõ e com outras formas de taxaçaõ. O ginasiarca, cargo mais alto das *póleis* do Egito ptolomaico, continuou com as

mesmas funções no período romano. Seu número variava por ano, de dois a doze. Ele requeria os equipamentos para os jogos e festivais. O *gymnasium* continha banhos, que precisavam de manutenção e limpeza e empregavam atendentes pagos. Os gastos e as honras eram divididos entre um colégio de ginasiarcas. O agorânomo também era um cargo que remontava à época ptolomaica. Ele era encarregado do mercado da cidade.

Uma questão a ser pensada é em que medida este incentivo às construções romanas influenciou a relação das cidades com os templos egípcios. Todas as atividades desenvolvidas nas cidades, no período faraônico, dependiam dos templos, que eram grandes centros administrativos, instituições políticas e econômicas, com terras e rendas próprias. O poder dos templos estava associado ao do faraó, pois somente ele era o sacerdote principal, os outros eram delegados que cumpriam a função sacerdotal em seu lugar. Todos os governantes estrangeiros adotaram o papel de faraó como controlador dos templos. No período ptolomaico, os templos egípcios conviveram com as instituições e templos gregos. Ao que parece, as instituições culturais gregas tiveram pouco impacto e os templos egípcios continuaram a predominar. No período romano, os templos ainda exerciam um papel importante. Entretanto, perderam sua independência, seus recursos financeiros foram reduzidos e eles passaram a ser supervisionados por um funcionário de Alexandria.

Em cidades como Hermópolis Magna e Oxyrhynchus, os templos egípcios dominavam a topografia e ainda exerciam algum controle sobre os principais mercados da cidade. O principal mercado de Oxyrhynchus estava ligado ao *Serapeum* e as taxas coletadas dos comerciantes eram, originalmente, religiosas. Mas, com o crescente poder da elite "grega", instituições econômicas, como o mercado, passaram da administração do templo para a da elite ginásial e, mais tarde, para o conselho (*boule*) instituído pelos Severos. Portanto, no que diz respeito às cidades, as mudanças administrativas perpetradas por Augusto e os Júlio-Cláudios transformaram-nas segundo o modelo clássico, e o poder político foi transferido dos templos para a elite "grega".

Uma outra reestruturação ocorreu no século II d.C. com Adriano e os Antoninos. Esta mudança exprimia a dominação desta nova elite. É o que podemos ver em Hermópolis Magna, pelas escavações realizadas por Bailey (1991). Houve um aumento das construções romanas, como termas, teatros, hipódromos e banhos. O uso do espaço público foi alterado. As cidades competiam entre si nos jogos públicos, bem ao estilo das cidades gregas antigas. Esta transformação da vida pública levou os eventos

religiosos a serem administrados pela elite, sendo organizados por um conselho, pelo *gymnasium* e pelo teatro, que estavam centralizados nos cultos greco-romanos, principalmente aqueles associados ao culto imperial. Provavelmente, este aspecto clássico das cidades era restrito e estava confinado às regiões onde a presença grega era mais constante, como o Fayum e o Médio Egito (talvez o Delta, mas faltam dados a respeito). No entanto, este desenvolvimento citadino coexistia com os aspectos tradicionais do urbanismo egípcio. Os templos tradicionais estavam sob controle das elites gregas, que os sustentavam.

O Egito não parece ter sofrido crise no decorrer do século III d.C. Os arquivos de Hermópolis Magna demonstram que, nesse período, a cidade continuava com seus programas de construção e de revitalização da área urbana. Os jogos públicos também aconteciam com frequência. Segundo Alston (2002, p. 59), a ambição cívica poderia conviver com um período menos próspero, porque dependia somente da riqueza da elite e não da população como um todo. Contudo, houve mudanças importantes a partir deste período. Septímio Severo concedeu conselhos para as cidades e estes passaram a ser responsáveis por sua administração. As atividades do estrategista parecem ter se concentrado nas aldeias. A partir deste momento não havia mais diferença entre Alexandria e as metrópoles egípcias. Para Alston (2002, p. 252), a concessão da *boule* foi um reconhecimento, por parte dos romanos, da assimilação cultural da elite metropolitana. Ou, para dizermos em outras palavras, não havia mais dúvidas sobre a cooperação das elites locais com o governo romano. Portanto, estas estavam aptas para assumir o controle administrativo.

Outra inovação do período foi a concessão da cidadania romana por Caracala, em 212 d.C., a todos os peregrinos livres do Império. Milne (1992, p. 63) acredita que os egípcios nativos estavam excluídos deste benefício. Entretanto, a primeira edição da obra de Milne data de 1924. Desde então, vários estudos têm discutido a *Constitutio Antoniniana* e diversos de seus itens que geram dúvida. Tudo indica que esta medida não veio a alterar as relações sociais dos habitantes do Império Romano. Por exemplo, no Egito, as elites "gregas" metropolitanas já tinham se equiparado, em termos de *status*, à de Alexandria. A diferença estava no aumento da quantidade de contribuintes, fato que interessava ao governo.

Novas reformas foram instituídas, posteriormente, por Diocleciano (284-305 d.C.). Este reorganizou as províncias romanas e aboliu a distinção entre províncias senatoriais

e imperiais. No Egito, as reformas vieram após a revolta de 296 d.C., ocorrida em Alexandria. Um oficial romano chamado *Lucius Domitius Domitianus*, cujo apelido era *Achilleus*, foi aceito na cidade como imperador. Diocleciano enviou tropas e o cerco de Alexandria durou oito meses, após os quais a cidade foi destruída e saqueada (MILNE, 1992, p. 81). O Egito foi dividido, nesta época, em três partes: a Tebaida, *Aegyptus Herculia* e *Aegyptus Jovia*. A antiga divisão por *nomoi* foi extinta. As novas unidades se chamavam *pagi* e eram administradas pelos *praepositi pagi*. A configuração do exército também mudou. Nos primeiros séculos da dominação romana, eram os centuriões que faziam a ligação da comunidade com o poder central, e os soldados viviam dispersos entre a população das aldeias e cidades. A partir do final do século III, o exército passou a se concentrar em fortes. Um dos motivos era conter a onda de invasões que o Egito sofreu neste período, sobretudo de blêmios e de palmirenses.

Existem muitas controvérsias sobre a composição da população egípcia no período romano. Vários estudos recentes têm se voltado para esta questão. A obra de Bagnall e Frier (1995) trouxe novas considerações para este tema, utilizando como fonte de estudo um conjunto de papiros constituído por trezentas declarações de censo, que cobre o período de 12 a 259 d.C. Segundo os autores, o censo, instituído por Augusto no Egito, fazia parte de sua nova política de controle da população. O censo servia tanto para estabelecer os pagantes de impostos, homens dos 14 aos 62 anos de idade, como para definir o *status* social dos indivíduos, pois desta forma também eram distribuídas as liturgias entre aqueles que eram proprietários de terras e de bens. O censo era feito inicialmente de sete em sete anos e o primeiro parece ter ocorrido por volta de 11 ou 10 a.C. Depois, passou a ser realizado a cada quatorze anos. Nele deveria constar a lista de membros da família, incluindo escravos e hóspedes, com nomes, filiação e idade.

A partir do estudo do censo, Bagnall e Frier (1995, p. 51) propuseram uma nova estimativa para o tamanho da população egípcia no período romano. Os oito milhões de habitantes que Flávio Josefo estipulou para o país, sete e meio para a *chora*, mais os quinhentos mil habitantes de Alexandria, extrapolavam o limite possível para o Egito nesta época, pois o país só teria atingido este nível populacional no final do século XIX. Desta forma, a quantidade proposta por Diodoro da Sicília de três milhões de habitantes, no século I a.C., seria mais condizente com a realidade. A hipótese mais plausível é que a população egípcia do período variava entre três e cinco milhões de habitantes (BAGNALL; FRIER, 1995, p. 54).

Um modelo alternativo ao de Bagnall e Frier (1995) foi proposto por Walter Scheidel (2001). Segundo este autor (2001, p. 142), o estudo de Bagnall e Frier (1995) se baseou numa documentação que é mínima, com dados que são provenientes, sobretudo, do Médio Egito, e que não podem ser extrapolados para o país como um todo, pois a ecologia difere de lugar para lugar. Não há nenhum documento encontrado em Alexandria, a cidade mais populosa do país, nem na região do Delta, onde vivia mais da metade da população egípcia do período. Além disso, os papiros tratavam, sobretudo, da população urbana, que, apesar de ser numerosa para a Antiguidade, era menor que a da área rural.

Scheidel (2001, p. 181) concorda com Bagnall e Frier (1995) de que as estimativas de Flávio Josefo não são confiáveis, pois as fontes literárias seguem uma convenção, e muitas referências são valores simbólicos. As estimativas de população para o Egito romano situam-se em dois níveis: a mais baixa de 4 a 5 milhões de habitantes e a mais alta de 8 milhões. Scheidel (2001, p. 183; 247) prefere considerar que o tamanho da população egípcia variava entre estas duas estimativas, ou seja, seu ápice estava em torno de 6 milhões de habitantes.

Bagnall e Frier (1995, p. 56) também tentaram distinguir as populações urbana e rural do Egito. Assim, se o país tivesse por volta de 4,5 milhões de habitantes, a população urbana estaria entre 1,75 milhões, o que daria 37% da população, uma cifra alta para a Antiguidade, mesmo se considerarmos que o Egito romano era bastante urbanizado. Scheidel (2001, p. 247) calcula que a população urbana deveria ser por volta de 25%. Ainda segundo a pesquisa de Bagnall e Frier (1995), nas cidades havia mais homens do que mulheres, assim como mais escravos. O censo aponta também uma maior quantidade de mulheres escravas do que homens. Tais dados podem ser debatidos e são incertos, pois, segundo os próprios autores, os escravos homens, geralmente, adquiriam a liberdade mais cedo que as mulheres, que envelheciam na casa do senhor (BAGNALL; FRIER, 1995, p. 94).

Outro assunto abordado pela pesquisa diz respeito ao casamento entre irmãos, fato que é normalmente explicado como sendo uma atitude que os gregos, quando migraram para o Egito após a conquista de Alexandre, adotaram como forma de manter o *status* social, não se miscigenando com a população egípcia. Supõe-se que havia poucas mulheres gregas disponíveis para casamento, já que a maior parte dos imigrantes eram homens.

Segundo Bagnall e Frier (1995, p. 129-130), o casamento entre irmãos foi adotado tanto por gregos quanto pelos egípcios, pois também estava presente nas aldeias pequenas, onde o elemento egípcio nativo era predominante. Por outro lado, o censo também aponta que o casamento entre irmãos estava concentrado no *nomos* arsinoíta (Fayum), área onde a população de origem grega era maior. Era um comportamento que acontecia em todo o Egito, mas era mais frequente no Fayum e no Delta e mais raro no Alto Egito. Portanto, seria um comportamento associado aos “gregos” do Egito, embora pudesse ser adotado também pelos egípcios nativos.

A taxa de mortalidade era alta, mas estava dentro dos padrões para sociedades populosas. A presença de muitas pessoas no mesmo local facilitava a propagação de novas doenças. A expectativa de vida para os homens era de cerca de 25 anos e 22,5 para as mulheres. Desta forma, a população masculina tendia a ser maior, cerca de 105 homens para 100 mulheres. Para Scheidel (2001, p. 168), não é possível estipular, a partir dos dados do censo, que os homens tinham uma expectativa de vida maior que as mulheres. O censo não se preocupava em registrar as mulheres, principalmente aquelas que estavam fora do ciclo reprodutivo, as solteiras e as que já tinham atingido a menopausa. Também a expectativa de vida era menor nas cidades do que no campo.

Um declínio populacional ocorreu com a peste Antonina, por volta de 165-166 d.C. No entanto, houve uma rápida recuperação já na primeira metade do século III d.C. Por exemplo, em Oxyrhynchus, 50% das casas estavam desocupadas em 235 d.C., mas já no início do século IV d.C. todas já estavam habitadas (ALSTON, 2002, p. 259). Segundo Rathbone (*apud* BAGNALLI; FRIER, 1995, p. 174), a doença, considerada como sendo varíola, atingiu sobretudo o Baixo e o Médio Egito. A epidemia durou de aproximadamente 166 a meados de 170 d.C. Depois disso, ela se tornou endêmica.

Após esse panorama histórico no qual abordamos, de maneira geral, a organização do Egito pelos romanos, voltamos ao nosso questionamento inicial: o que era uma cidade para o Egito romano? No que ela se distinguia de uma aldeia? A aplicação do conceito de cidade para o mundo antigo é motivo de discussões e controvérsias. Os estudiosos do Egito greco-romano, sobretudo os papirólogos, adotam o critério tradicional de cidade grega, ou seja, cidade era aquela que possuía o estatuto de *pólis*. Por esta visão, o Egito possuía quatro cidades: Alexandria, Ptolemais, Náucratis e Antinoópolis (fundada em 130 d.C.). No entanto, também são chamadas de cidade as

metrópoles, capitais dos *nomos*, pela sua extensão, densidade populacional e complexidade econômica.

Segundo Davoli (1998, p. 30), dentro da perspectiva da Arqueologia, alguns critérios devem ser levados em consideração para a distinção entre cidade e aldeia: 1) forma de assentamento (com ou sem muro); 2) a dimensão territorial e a densidade populacional em relação ao território circundante (visão de contexto histórico-cultural); 3) presença de um centro de poder, político ou religioso, que administra o território; 4) subdivisão e especialização do trabalho e concentração de atividades não agrícolas, como artesanato e comércio; 5) estratificação social, reconhecida na subdivisão dos espaços e na diferença de área e quarteirões (área de templos, artesanato, residências, palácios, etc.).

Acreditamos que a melhor maneira de definir uma cidade para o Egito romano é considerar a especificidade do país dentro do seu contexto histórico, já que no Egito a produção agrícola fazia parte do espaço urbano, não sendo uma atividade em separado. O Egito sempre foi um país profundamente agrário, sendo este o principal motor de sua economia. Então, devemos considerar que o fenômeno urbano egípcio apresentava um caráter singular, pois a cidade egípcia mantinha um caráter agrícola. A produção artesanal e o comércio se desenvolveram junto com a agricultura e não podiam ser considerados isoladamente (talvez a situação seja diferente com relação a Alexandria). Os vestígios arqueológicos do Egito romano são precários. A maior parte dos dados provém de papiros, cuja produção extensa nos períodos ptolomaico e romano proporcionou uma importante fonte documental sobre a sociedade da época. Contudo, como os papiros foram tomados isoladamente, sem estarem relacionados com a cultura material correspondente, sua interpretação se torna difícil, pois não sabemos o quanto a situação ali descrita era corriqueira ou não (ALSTON, 2002, p. 47).

Nos últimos tempos, as escavações arqueológicas de cidades egípcias do período romano tiveram um amplo desenvolvimento. Mesmo assim, dificilmente elas foram o alvo predileto dos pesquisadores. Muitas vezes o objetivo principal da campanha era atingir os níveis de ocupação mais antigos, do período faraônico. É o caso, por exemplo, da escavação britânica em Hermópolis Magna, cujo estudo do período romano ficou a cargo de Donald Bailey (1991). Estas pesquisas têm demonstrado que, ao contrário do que se supunha anteriormente, várias cidades da *chora* egípcia possuíam construções

conforme a arquitetura romana, com templos, em estilo greco-romano, reservados ao culto imperial, avenidas com colunas dóricas, banhos, termas, hipódromos, etc.

Provavelmente, no Egito, a elite que se rotulava grega se preocupava em conseguir os favores do governo romano e em manter seu *status* social adquirido na época de Augusto, quando os romanos tiveram a necessidade de “forjar” uma elite que os auxiliasse no governo do país. Esta política de favores fez com que as cidades da *chora* competissem entre si, em termos de urbanização, apresentação de jogos públicos e festivais religiosos. A tradição faraônica convivia com esta nova urbanização e os cultos egípcios aconteciam juntamente com os gregos e romanos.

Podemos concluir que, no Egito romano, a constituição do espaço urbano esteve diretamente atrelada às intenções do governo imperial de incentivar a criação de uma elite local e de se posicionar estrategicamente em certas regiões do país. A fundação de Antinoópolis é um exemplo disso. Outra área importante era o Fayum, pois tinha sido local de ocupação greco-macedônica já na época ptolomaica. O Alto Egito era a região onde notamos um sentimento mais arraigado e um apego maior às tradições egípcias. Também foi uma região mais propensa a rebeliões, chegando a ter dois faraós locais durante o período ptolomaico. No entanto, o emaranhamento também existia, embora em menor grau.

## Referências

### Documentação textual

DIODORO DA SICÍLIA. *Bibliothèque historique*. Livre I. Traduit par Yvonne Vernière.

Paris: Les Belles Lettres, 1993.

ESTRABO. *The geography of Strabo*: vol. VIII, book XVII. Translated by Horace Leonard

Jones. London: William Heinemann, 1959.

ESTRABO. *Le voyage en Égypte*. Traduit par Pascal Charvet. Paris: Nil Éditions, 1997.

**Obras de apoio**

- ACKERMANN, A. Cultural hybridity: between metaphor and empirism. In: STOCKHAMMER, P. (Ed.). *Conceptualizing cultural hybridization: a transdisciplinary approach*. Heidelberg: Springer, 2012, p. 5-25.
- ALSTON, R. *Soldier and society in roman Egypt. A social history*. London and New York: Routledge, 1995.
- ALSTON, R. Houses and households in roman Egypt. In: LAURENCE, R.; WALLACE-HADRILL, A. (Eds.). *Domestic space in the roman world: Pompeii and beyond*. Toronto: Classic Association of Canada, 1997, p. 25-39<sub>a</sub>.
- ALSTON, R. Ritual and power in the roman-egypt city. In: PARKINS, H. M. (Ed.). *Roman urbanism. Beyond the consumer city*. London and New York: Routledge, 1997, p. 147-172<sub>b</sub>.
- ALSTON, R. Urbanism and the urban community in roman Egypt. *Journal of Egyptian archaeology*, Birmingham, n. 83, p. 199-216, 1997<sub>c</sub>.
- ALSTON, R. *The city in roman and byzantine Egypt*. London and New York: Routledge, 2002.
- BAGNALL, R. S. Greeks and Egyptians: ethnicity, status and culture. In: BIANCHI, R. (Ed.). *Cleopatra's Egypt. Age of the ptolemies*. New York: The Brooklyn Museum, 1988, p. 21-27.
- BAGNALL, R. S. *Egypt in late antiquity*. Princeton: Princeton University, 1993.
- BAGNALL, R. S. The people of the roman Fayum. In: BIERBRIER, M. L. (Ed.). *Portraits and masks. Burial customs in roman Egypt*. London: British Museum, 1997, p. 7-15.
- BAGNALL, R. S. P. Oxy 4527 and the antonine plague in Egypt: death or flight? *Journal of roman archaeology*, London, n. 13, p. 288-292, 2000.
- BAGNALL, R. S.; FRIER, B. W. *The demography of roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- BAGNALL, R. S.; RATHBONE, D. W. *Egypt from Alexander to the copts. an archaeological and historical guide*. London: The British Museum, 2004.
- BAILEY, D. *Excavations at El-Ashmunein. Hermopolis magna: buildings of the roman period*. London: British Museum, 1991.
- BARTH, F. *Les groupes ethniques et leurs frontières*. Paris: Presses Universitaires, 1995.

- BILDE, P.; et all. *Ethnicity in hellenistic Egypt*. Studies in hellenistic civilization III. Aarhus: Aarhus University, 1992.
- BOWMAN, A. K. *Egypt after the pharaohs*. from Alexander to the arab conquest. Oxford: Oxford University, 1990.
- BOWMAN, A. K. Urbanization in roman Egypt. *Journal of roman archaeology*, London, n. 38, p. 173-187, 2000.
- BOWMAN, A. K.; RATHBONE, D. Cities and administration in roman Egypt. *Journal of roman studies*, London, n. 82, p. 107-127, 1992.
- DAVID, R. *Religião e magia no antigo Egito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DAVOLI, P. *L'archeologia urbana nel Fayum di età ellenistica e romana*. Nápoles: Generoso Procaccini, 1998.
- GOUDRIAAN, K. *Ethnicity in ptolemaic Egypt*. Amsterdam: J. C. Gieben Publisher, 1988.
- LEWIS, N. *Life in Egypt under roman rule*. New York: Oxford University, 1983.
- MATTINGLY, D. *Imperialism, power, and identity*. Princeton: Princeton University, 2011.
- MILNE, J. G. *A history of Egypt under roman rule*. Chicago and Illinois: Ares Publishers, 1992.
- MODRZEJEWSKI, J. M. *Droit impérial et traditions locales dans l'Égypte romaine*. Variorum: Joseph Stock, 1990.
- REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University, 2009.
- SCHEIDEL, W. *Death on the Nile*. Disease and the demography of roman Egypt. Leiden: Brill, 2001.
- SCHEIDEL, W. A model of demographic and economic change in roman Egypt after the antonine plague. *Journal of roman archaeology*, London, n. 15, p. 97-114, 2002.
- STOCKHAMMER, P. Conceptualizing cultural hybridization in archaeology. In: STOCKHAMMER, P. (Ed.). *Conceptualizing cultural hybridization: a transdisciplinary approach*. Heidelberg: Springer, 2012, p. 43-58.
- TRAUNECKER, C. *Os deuses do Egito*. Brasília: Editora UnB, 1995.
- WHITAKER, C. R. Imperialism and culture: the roman initiative. *Journal of roman archaeology*, London, n. 23, p. 143-163, 1997.